



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PROJETO REACT

(Capacitação em Recuperação de Ativos)



FUNDO
PARA A SEGURANÇA
INTERNA



REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA



União Europeia



MINISTÉRIO
PÚBLICO
PORTUGAL

Designação: **REACT**

Cofinanciamento: **Fundo de Segurança Interna (FSI) Projeto PT/2019/FSI/504**

Objetivo geral: **Capacitação em Recuperação de Ativos**

Data de início: **Outubro de 2021**

Data final: **Setembro de 2022**

Investimento elegível: **125.500,00€**

Financiamento (FSI) **94.125,00€**

Direção do Projeto: **Dr. João Conde Correia - Procurador-Geral Adjunto
Conselheiro do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República**

Gestor do projeto: **Dr. Hélio Rodrigues - Procurador da República assessor do
Gabinete da Procuradoria-Geral da República**



FUNDO
PARA A SEGURANÇA
INTERNA



REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA



União Europeia



MINISTÉRIO
PÚBLICO
PORTUGAL



Objetivo:

Capacitar magistrados do Ministério Público com funções na investigação criminal, na utilização dos instrumentos legais para recuperação de ativos com a prática de crimes, incluindo igualmente a vertente de cooperação judiciária internacional para identificação, apreensão e recuperação de ativos colocados noutra Estado. Pretende-se garantir que os Magistrados do Ministério Público dominem os instrumentos de cooperação internacional no âmbito da União Europeia, Conselho da Europa e Nações Unidas, compreendendo as singularidades da utilização de cada um.

Descrição geral do projeto

- **10 workshops** (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora) de cariz prático, através de sessões práticas e de especialização, optando por formação em grupos reduzidos, com prevalência pela abordagem orientada ao caso concreto onde todos os formandos tenham oportunidade de intervir e apresentar as suas perspetivas. Definição de um modelo formativo judiciário e profissional, com especial incidência na forma mais correta de executar nos processos os despachos relativos à definição da dimensão patrimonial do crime, com incidência nos meios de cooperação judiciária internacional.

- **1 conferência final (Setembro 2022)**

- **Elaboração de manual de boas práticas**